



**ENTREVISTA** José Miguel Júdice e Mariana França Gouveia  
Advogados, PLMJ Arbitragem

# “Portugal é cada vez mais procurado para arbitragens”

Portugal é visto como um país neutro e é cada vez mais procurado para casos complexos de arbitragem internacional.

Filipe Alves

filipe.alves@plmj.com.pt

A advogada e professora universitária Mariana França Gouveia iniciou uma nova etapa na sua carreira, ingressando na equipa de Arbitragem da PLMJ. Em entrevista conjunta, Mariana França Gouveia e José Miguel Júdice, sócio fundador da PLMJ, falam desta aposta e dos desafios e do potencial desta forma alternativa de resolução de litígios, em Portugal.

**Gostava que falasse um pouco sobre a sua vida desde então. Foi uma opção? Quis voltar em força aos escritórios? A sua carreira estava mais ligada à Academia...**

**Mariana França Gouveia (MFG):** Sempre tive uma ligação à advocacia, que retomei em 2006, após a interrupção na altura do Doutoramento e dos anos no Ministério da Justiça. Mas agora retomei, seguramente com mais intensidade. Nunca me passou pela cabeça ficar apenas pela academia, até porque a área que lecionei, tanto no Processo Civil, como mais tarde na Arbitragem, é muito difícil de ensinar, nomeadamente como os processos funcionam sem ter a prática. Portanto, sempre tive esta ideia e, agora, é claramente uma opção mais ligada à advocacia, sem sair da academia também. (...) O meu interesse é na área da Arbitragem e o José Miguel Júdice seria a única pessoa com quem poderia trabalhar intensamente nesta área, porque tem um conjunto de casos e uma equipa excecional que só traba-

lha Arbitragem. Só quero mesmo fazer Arbitragem, designadamente internacional, e este é o único escritório português com presença forte nesta área.

**José Miguel Júdice (JMJ):** Há anos que, meio a brincar, meio a sério, tentei diversas vezes falar com a Mariana, pois penso que ela é um “ativo” difícil de substituir atualmente em Portugal, porque foi, de facto, a académica que mais se

dedicou, sistematicamente, à Arbitragem. É, portanto, uma grande figura, na minha opinião, do Direito Arbitral em Portugal. Pelas mãos dela têm passado, praticamente, todas as pessoas que estão a formar, fazer pós-graduações, mestrados na área, por isso está sempre atualizada, sendo essa uma grande vantagem da Academia. A nossa filosofia é de um crescimento orgânico, sempre pronto a ir buscar talento onde quer que ele esteja. E, de facto, termos a oportunidade de poder contar com a Mariana é fantástico. Não gostaríamos que deixasse de ser professora universitária, nem ela quer deixar. O que queremos é o carácter híbrido que decorre dessa dupla experiência como advogada e professora universitária. É uma pessoa com uma experiência académica e prática, uma experiência que enriquece.

**Quantos advogados tem a PLMJ nesta área?**

**JMJ:** Na nossa equipa, restrita a casos de Arbitragem, temos 16 pessoas. Depois temos advogados em Angola, Moçambique, Porto e Algarve, que não fazem apenas Arbitragem. Continuamos abertos a captar talento e temos tido um crescimento orgânico. Estou muito satisfeito. Estive a fazer os cálculos dos últimos 10 meses do ano e eu próprio fiquei admirado. É preciso saber que esta equipa, com autonomia, começou em 2014. Fomos buscar muita gente que não tinha trabalho, não trazia clientes, vieram do estrangeiro, eram estagiários no começo e nós conseguimos, em

“Quando se diz que a arbitragem é cara, está a pensar-se em litígios de valor elevado. Mas a nível de custos judiciais, se comparar com os custos do tribunal, a arbitragem compara muito bem”



três anos, aumentar cerca de 150% da faturação de Arbitragem. Não prometemos continuar a crescer a esse ritmo, mas a aposta parece que está a ser ganha, ou seja, a especialização em Arbitragem, o mercado começa gradualmente a acreditar nisso. Uma grande parte do nosso trabalho tem que ver com a parte internacional. Nós temos Arbitragens que se prendem com o facto de uma parte ser portuguesa, mas também representamos partes estrangeiras, sendo que temos arbitragens em que nenhuma das partes é portuguesa.

**Há uma tendência para que Portugal seja procurado para resolver estes casos?**

**MFG:** Penso que sim, por várias razões. Às vezes, por estarmos um bocadinho fora do mercado normal do que é a advocacia internacional, muito baseada no “common law” [direito anglo-saxónico]. Somos vistos como

neutros relativamente a certos conflitos internacionais. Assim como os suíços, por exemplo. E há uma pujança grande da comunidade arbitral, que tem vindo a crescer nos últimos 10 anos. Há uma visibilidade de quem faz arbitragem em Portugal que não existia antes.

**Acha que ainda há alguns preconceitos quanto à Arbitragem no mercado português?**

**MFG:** Sim, persiste uma certa ideia de que é uma Justiça em que não há uma igualdade plena. O que é completamente falso: está provado estatisticamente que nas decisões em arbitragens, em que uma das partes é o Estado e a outra o investidor, a maior parte das vezes é o Estado que ganha [pelo menos ao nível de arbitragem internacional] e não o oposto.

**Há também a ideia de que a arbitragem continua a ser cara. Isso é mito ou realidade?**



### Noite de fado com Agostinho Pereira de Miranda

O espetáculo solidário "O Fado Acontece", na sua 9ª edição, realiza-se no Cinema S. Jorge, a 23 de novembro. Pela primeira vez, colaboram, solidariamente, António Pinto Basto, Buba Espinho, Diogo Rocha, Maura e, numa participação especial, Agostinho Pereira de Miranda.

Cristina Bernardo

## Lisboa poderia receber a 'web summit' da Arbitragem

Ideia já foi proposta ao Governo. Objetivo é fazer de Portugal um grande centro internacional.

**Em termos de duração dos processos de arbitragem, qual é a média em Portugal?**

**MFG:** É um dado difícil de dar, porque a arbitragem não tem uma estatística, como tem a estatística do Estado. Portanto, nós podemos falar dos centros de arbitragem e depois as arbitragens que são feitas fora dos centros. A arbitragem é a mais difícil de ter esse dado. Nos centros andarão à volta de um ano. É muito mais rápido, até porque a arbitragem não tem recursos.

**JMJ:** Estou totalmente de acordo com o que disse a Mariana, mas sinto que ainda estamos a caminhar. Por exemplo, uma arbitragem em que fui nomeado presidente em outubro, não definimos apenas o calendário para as peças escritas, também já estamos a escolher a data para fazer julgamento. Em princípio será em julho de 2017. Esta pressão sobre os árbitros só pode ser feita se a cultura arbitral for de grande exigência quanto à eficiência dos atos.

**E em termos de desafios para a arbitragem em Portugal, neste momento? O que falta fazer?**

**MFG:** Acho que é preciso reforçar a arbitragem portuguesa na comunidade internacional. E isso nunca é um trabalho feito, porque é uma área muito competitiva e a presença permanente é importantíssima. Por um lado, temos de estar sempre presentes e de crescer muito lá fora, mostrando a nossa qualidade e a nossa competência a vários níveis, como advogados, como árbitros. Por outro, um desafio que seria muito importante, e que ainda está por fazer, é tornar Lisboa um grande centro de arbitragem internacional. Acho que Lisboa tem todas as capacidades e possibilidades para tal, mas é preciso uma

iniciativa muito forte. É preciso "surfear essa onda". E isso deveria ser um projeto a nível nacional, ou pelo menos municipal.

**Qual é a ideia? Fazer uma espécie de 'web summit' da área?**

**JMJ:** A ideia é conversar. Parece-me relevante quando o poder político quer conversar com as pessoas que estão no terreno. Falámos, demos estas ideias todas e agora têm de ser digeridas pelo poder político. Não há dúvida que é importante uma certa mobilização do Governo e da Câmara. Se o poder político olhar para a arbitragem como uma indústria importante para Portugal, há muita coisa que pode ser feita e a Associação Portuguesa de Arbitragem, o centro de Arbitragem da Câmara de Comércio, as faculdades poderão, seguramente, ajudar nessa política nacional, nessa estratégia.

**E a nível de leis? A atual legislação já resolveu os eventuais problemas que existem, ou ainda é possível melhorar?**

**MFG:** Melhorar é sempre possível, mas na minha opinião, pelo menos, não mexer é ótimo. Aliás, isso não se aplica apenas a esta lei, mas a muitas outras áreas em que "estar quieto é a melhor política". As coisas têm estado muití-

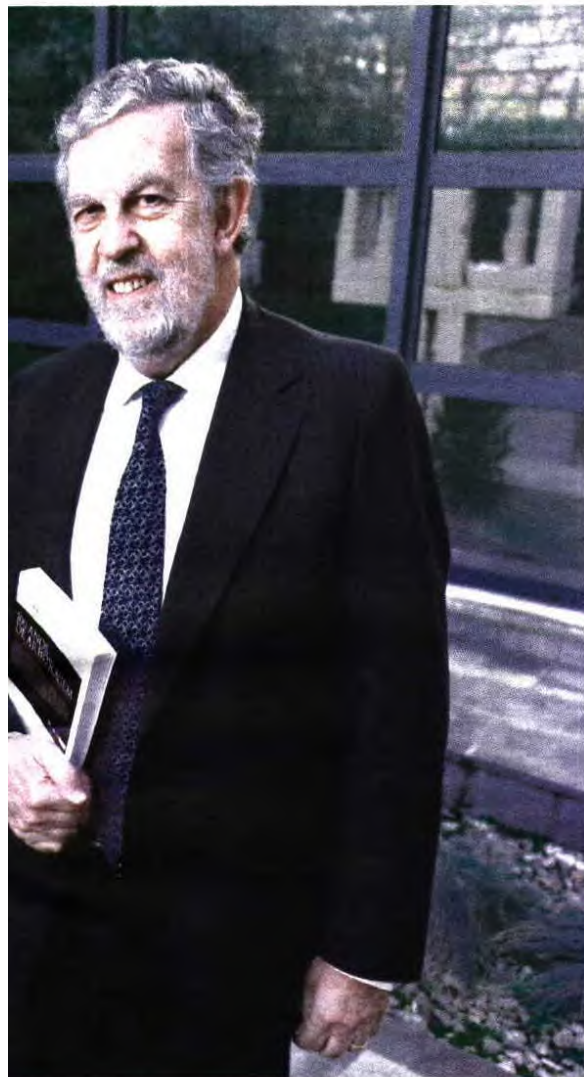
ssimo bem com esta lei. Ela serve para nós funcionarmos em Portugal, para recebermos arbitragem internacional, dá segurança e credibilidade ao sistema. Tem funcionado muitíssimo bem, e eu diria que não é preciso melhorar. Mesmo a nível de estrutura ou de institucionalização, a arbitragem tem essa grande vantagem de ser essencialmente privada, portanto, não precisa do Estado, para além de dar o enquadramento. Portugal, na minha opinião, deveria olhar para esta área e ver onde vale a pena investir e concentrar uma estratégia de médio prazo. Isso pressupõe investimentos que nem seriam assim tão avultados, diria eu, na formação, na capacitação destes centros de arbitragem, no apoio a alguns eventos internacionais que são móveis e que poderiam realizar-se em Portugal.

**Quais, por exemplo?**

**MFG:** Há um grande congresso de arbitragem internacional, o congresso do ICCA, que se realiza de dois em dois anos, num local diferente. Este ano foi nas Ilhas Maurícias, que é um país que quer afirmar-se na arbitragem de África. Há dois anos foi em Miami, que é outra cidade que quer afirmar-se na zona da América Latina. Daqui a dois anos será na Austrália, penso eu. É um evento que tem mais de mil pessoas. Este ano não sei exatamente quantas teve, mas anda sempre à volta desses números. Não é uma 'Web Summit', obviamente. Não estamos a falar de 50 mil, mas na área da arbitragem é muito e marca muito essas apostas das cidades.

**Este tema chegou a ser conversado com a secretária de Estado?**

**MFG:** Sim. Seria um marco importantíssimo. ■ **FA** e **TL**



**MFG:** Também é um mito, a partir de certo valor. Quando se diz que a arbitragem é cara, está a pensar-se em litígios de valor elevado. Mas a nível de custos judiciais, se compararmos com os custos do tribunal, a arbitragem compara muito bem, que é algo que a maior parte das pessoas não sabe ou não desconfia. Os custos do tribunal, hoje em dia, são caríssimos.

**JMJ:** Deixe-me fazer uma nota: se

o Orçamento for aprovado nos termos que estão propostos, os juizes deixam de poder reduzir as custas se entenderem que o processo não teve especial complexidade. Enquanto o centro de arbitragem de Lisboa tem o dever de o fazer, isto é, o regulamento diz que pode baixar os custos até 40%. O Estado está a tentar obter impostos e os centros querem ter clientes. É uma lógica completamente diferente. ■ **TL**

“Portugal deveria olhar para esta área e ver onde vale a pena investir e concentrar aí uma estratégia de médio prazo”